

CULTURA E COMUNICAÇÃO: UM ESTUDO NO ÂMBITO DA SOCIOLINGUÍSTICA

Carlos Santos
3º Ano do Curso de Comunicação Social

“...nos crioulos de Cabo Verde o que existe do português é fundamentalmente quase só o léxico: a fonética, a morfologia, a semântica e a sintaxe sofreram desvios e mutilações substanciais, certamente em grande parte de harmonia com os factos da língua ou línguas dos Negros...”

Rodrigo de Sá Nogueira
Prólogo a *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, de Baltasar Lopes

Introdução

As páginas que a seguir se expõem são o resultado de uma humilde reflexão inserida no âmbito da cadeira de Sociolinguística II, e especificamente relacionada com os crioulos e línguas veiculares.

O presente trabalho visa, no seu objectivo mais basilar, estabelecer uma análise, ou melhor, uma breve investigação concernente ao *Crioulo de Cabo Verde*. Nessa reflexão procuraremos enquadrar alguns aspectos que julgamos ser de particular pertinência, tais como, uma análise aos processos e aos condicionalismos que rodearam o surgimento da língua supra mencionada.

Ainda que tenha um propósito e um significado meramente académico, este estudo aborda distintos aspectos relacionados com a língua, mas também com a cultura e com as particularidades de Cabo Verde. Contudo, não poderíamos considerar este trabalho minimamente completo sem antes fazermos referência a um aspecto do Crioulo de Cabo Verde que diverge de forma nítida da Língua Portuguesa – a sua flexão verbal.

Pretende, portanto, consciencializar o leitor, no sentido de o ajudar a estabelecer e a formular uma opinião mais actual e principalmente mais realista e fundamentada

relativa àquele povo e ao seu passado mais marcante. Logo, a interpretação deste trabalho perpassa os meros enquadramentos universitários, dado que o seu substrato permite recuperar e dissecar o modo como os nossos antepassados contactaram e influenciaram outros povos e outras culturas. O facto de, na elaboração deste manual, podermos recuperar e reviver o nosso passado mais áureo e glorificante, justifica, por si só, o seu fabrico. É nesta viagem mental pela inigualável glória portuguesa, saliente-se, de que muito nos orgulhamos, que esperamos que o leitor nos acompanhe.

Esta pesquisa não tem por finalidade ser exaustiva, aliás, antes se pretende uma reflexão sincera e compreensível. Em termos metodológicos, a elaboração deste ensaio circunscreveu-se a um exame que julgamos consciente e ponderado, de diverso material bibliográfico, directa ou indirectamente, subordinado ao tema em questão. No entanto, parece-nos importante alertar o leitor para o facto de alguma bibliografia usada ter sido desenvolvida em contextos muito particulares e, por isso, manifestar pendores ou opiniões ancoradas a determinadas ideologias. Na sua análise, e norteados por princípios como a isenção e a imparcialidade, procurámos ser neutros e sinceros, ainda que admitamos a possibilidade de, num ou noutro momento, ter incorrido no pecadilho da tendenciosidade.

Por último, consideramos ser legítimo afirmar que o recurso a estas páginas não exclui a necessária e proficiente consulta a obras de referência, seguramente mais aprofundadas e meritórias neste domínio.

Algumas considerações sobre Cabo Verde

Cabo Verde é um Estado africano situado no arquipélago na margem Sul do atlântico Norte, a cerca de 600 km da costa do continente africano. O arquipélago é formado por dez ilhas e oito ilhéus, que se distribuem por dois grupos: Barlavento – Santo Antão; São Vicente; Santa Luzia; Brama e Rojo; São Nicolau; Sal; Boavista; Raso e Branco – e Sotavento – Santiago; Maio; Fogo; Luís Carneiro; Sapado; Grande e Cima. A área total é de 4.033.37 km², e a sua população estimada em cerca de 950.000 habitantes. A capital é a Cidade da Praia (75.000 habitantes), na ilha de Santiago, a língua oficial é o Português e a unidade monetária é o escudo cabo-verdiano.

Quanto à sua geomorfologia, as ilhas são de origem vulcânica. Assentam num soco em forma de ferradura, de arco aberto para ocidente. Profundamente atacada pela

erosão, apresentam uma topografia muito acidentada, com vales profundos e cristas aguçadas.

No que concerne à demografia e ao povoamento, convém, desde já, referir que aquando do seu descobrimento, as ilhas estavam desertas, isto é, quer desprovidas de pessoas, quer de animais domésticos e de vegetais, posteriormente introduzidos pelos portugueses. Com gente da metrópole e das ilhas adjacentes (arquipélagos da Madeira e dos Açores) e com escravos africanos procedeu-se ao seu povoamento. A primeira a receber povos foi a de Santiago (1462).

Do cruzamento das duas raças nasceria um tipo, conforme o refere António Almeida “*da multiplicação dos Brancos e dos Negros, separadamente, e bem mais do mestiçamento entre os dois tipos humanos, resultou o povo cabo-verdiano dos nossos dias*” e uma cultura que prima pela particularidade: o *Crioulo*.

Em Santiago, a crioulição do português deve, portanto, ter começado logo nas primeiras décadas após a descoberta. Por conseguinte, o crioulo desta ilha é um dos mais antigos crioulos de base europeia ainda vivos, ou talvez até o mais antigo. Durante todo o período em que os portugueses quase monopolizaram o tráfico de escravos (até ao início do século XVII), os “moradores de Santiago” detinham por sua vez o quase monopólio, do comércio com a costa africana mais próxima, desde o Senegal no norte, até à Serra Leoa no sul (nos chamados *Rios de Guiné*). Os traficantes de escravos de Santiago forneceram escravos primeiro a Portugal e Espanha e, pouco tempo depois, às colónias espanholas e portuguesas na América. Os escravos oriundos do continente africano eram baptizados em Santiago e recebiam aí uma instrução rudimentar (ladinização), o que poderia explicar a presença de certos elementos luso-crioulos em muitas línguas crioulas das Caraíbas.

Apesar da aridez e da natureza insular, a agricultura e a criação de gado são, exceptuando São Vicente e as três ilhas salineiras orientais, os recursos económicos quase exclusivos das ilhas.

Crioulos em geral

O que é o crioulo?

O contacto prolongado com o colonizador europeu, a permanente acção da missionação e os processos de aculturação que se verificaram em diversas comunidades, fizeram com que a expansão europeia tivesse como consequência directa o aparecimento de novas línguas. Como o papel dos portugueses foi importante em todo este processo, é com naturalidade que se percebe que muitas dessas *línguas crioulas* tenham uma base portuguesa.

Neste processo de colonização as línguas que os negros falavam foram consideradas como primitivas, tendo sido negligenciado o aparecimento de uma nova língua resultante da união dos povos europeus com os africanos, numa clara demonstração de alegada superioridade cultural. Uma superioridade que se traduzia numa nítida discriminação entre a origem local crioula e o sangue português puro, saliente-se, um importante requisito para a ocupação de cargos públicos. Desenvolve-se, então, uma tipificação étnica que deixa na obscuridade as gentes nativas e, por arrasto, as línguas que vivem à sua margem.

Mas, foi com a literatura de viagem que a Europa em geral e Portugal em particular toma contacto com estas comunidades e línguas. Esta proximidade traduziu-se em breves e acidentais referências às comunidades africanas e às suas línguas que visavam matar alguma curiosidade e deliciar os leitores europeus. Qualquer variação linguística social ou regional era motivo de riso, de divertimento e de chacota. Aliás, mesmo actualmente, o estereotipado anedotário português faz disto prova.

O entretenimento inerente a estas referências e o efeito indesejável da mistura de raças (criação de seres inferiores e degenerados), deixam transparecer um manifesto cunho racial que denota a “superioridade” de uma Europa profundamente mobilizada para a colonização. Foi esta pobreza sociocultural que vingou nas mentes europeias até ao século XX.

Como as línguas são pessoas, isto é, são as pessoas que as falam, as línguas africanas (e particularmente o crioulo de Cabo Verde) foram também conotadas como corruptas, rudimentares, degeneradas e sem gramática. Todavia, quer por colonizadores quer por missionários, o crioulo de base portuguesa foi um importante veículo de contacto linguístico.

Com o alargamento do campo de estudo da filologia, deixam de se estudar apenas as línguas com tradição escrita e começam a ser também analisadas as línguas até então rotuladas como exóticas, primitivas e inferiores. Nesta discussão, as línguas crioulas irão ser particularmente importantes, levando ao surgimento de duas posições contrárias. Por um lado, a tese dialectologista que considera as línguas crioulas como simplificações das línguas europeias e, por outro, a visão substratista que encara as línguas crioulas como produtos híbridos, em que novas espécies resultam do cruzamento de outras. De acordo com esta última aceção os escravos importariam para a nova língua a sua gramática materna e utilizariam o léxico do português, a língua dos senhores.

Uma comunidade linguística heterogénea, onde a língua se individualiza mediante a idade, o nível cultural e o sexo do falante, verificam-se diferentes situações de interação social, o que nos leva a considerar que a mistura de línguas constitui o motor da mudança e da evolução linguística. Esta relação de interpenetração das práticas linguísticas, mesmo entre línguas que não são aparentadas entre si, atribui aos crioulos de base portuguesa e à sua riqueza e diversidade o que só a moderna linguística na segunda metade do século XX lhe viria a conceder – o estatuto de línguas autónomas.

Como nasceu o vocábulo

Os teóricos que têm opinado relativamente à origem da palavra “crioulo” apresentam teses variadas e divergentes. Como não existe unanimidade nessa matéria, iremos cingir-nos à alusão das distintas posições defendidas, concedendo ao leitor a possibilidade de extrair as suas próprias elações.

Antes de mais, o termo crioulo apresenta uma ambiguidade particular. Crioulo é um termo genérico que representa uma família de línguas que, na sua formação, tiveram uma mesma história e um mesmo contexto socio-cultural.

Na opinião de Leite de Vasconcelos, crioulo deriva de *criadouro*, (do latim *creatio*, *onis*) vocábulo deformado pela boca dos negros.

Por seu lado, o autor Littré considera o castelhano *criollo* de origem duvidosa. Na opinião de Darmesteter, o termo *crioulo* tem uma origem incerta. Por oposição, a Academia Espanhola, Bloch, Meyer-Lubke e Battisti, partilham a opinião que o *crioulo* tem por origem o verbo *criar*.

O mesmo autor considera que, se tivermos em consideração as formas e significados dos termos *criado*, *criação*, *cria* e *criança*, todas derivadas do verbo *criar* (do latim *creator*), temos de admitir que o termo português *crioulo* provém de *criadoiro* ou *criadouro*, ainda que na semântica e na fonética essa evolução não seja constante.

Ainda que diversos autores considerem que a forma *criollo* provém da portuguesa *crioulo*, tal como a forma francesa *créole* provém da castelhana *criollo*, Baltasar Lopes da Silva defende que, em relação à castelhana deve ter havido uma adaptação fonética da forma portuguesa *crioilo*. Relativamente à forma francesa *créole* não lhe parece que tenha uma proveniência directa da forma castelhana. Na sua opinião, a grafia *criole* pode ser explicada pela influência do francês *créer* ou pela grafia portuguesa *creoule*. Logo, é bastante provável que a forma francesa *créole* tenha provido mais da portuguesa *crioulo* do que da castelhana *criollo*.

Origem e história do crioulo de Cabo Verde

Ao longo dos tempos, várias têm sido as tentativas, de inúmeros vultos linguistas de explicar a sua formação, o local onde terá surgido, qual a sua génese. De entre as várias respostas, nenhuma tem um cariz totalmente esclarecedor e que “sacie” o intelecto humano. Dada a inexistência de fontes documentais, o nascimento, génese e evolução do crioulo tem sido objecto de especulações variadas.

Analisando o tema numa perspectiva diacrónica, podemos afirmar que o crioulo aparece como uma língua de tipo específico, produto do encontro de várias línguas, em que cada uma delas, europeia, se assume com estatuto de dominante, e as restantes, africanas, contrafazem com a condição de dominadas. Por outras palavras, quando dois povos vivem lado a lado durante muito tempo é normal verificar-se uma interinfluência, com algum predomínio do mais forte e do mais civilizado.

No caso particular de Cabo Verde, em virtude da colonização, brancos e negros tinham forçosamente de se entender, o que naturalmente aconteceu através da fala. O branco falava em português e o negro, como era inculto e não tinha aulas de português, alterava o que ouvia. Por seu lado, o branco estava mais preocupado com o sucesso da sua missão do que com a gramática, logo, aceitava o que ouvia e, para que fosse ouvido, repetia o que ouvia dos negros. Desta confluência aconteceu o inevitável: nasceu o crioulo.

Embora todas as condições se propiciassem para que o crioulo nascesse nas Ilhas (relações de natureza vertical entre senhores e escravos de diferentes etnias; necessidade de inter-compreensão; isolamento das comunidades), houve quem tenha alvitado a hipótese da formação exógena do que viria a ser a língua de Cabo Verde. Eis que expomos alguns exemplos:

António Carreira, historiador cabo-verdiano, referencia a formação nas ilhas de Cabo Verde, de um crioulo nascido da confluência do português com as línguas dos escravos que foram para o arquipélago. Certamente que, nesta época a que se refere Carreira, a variedade crioula não seria ainda a língua materna, com capacidade de satisfazer as necessidades de comunicação, mas a que cumpriu funções de inter-compreensão, denominada de proto-crioulo.

Há aqueles que opinam que o crioulo se teria formado tanto em Cabo Verde como nos Rios da Guiné. Teixeira Mota faz referência a “*um crioulo cabo-verdiano-guineense, formado simultaneamente dos dois lados e com relativa unidade devido às influências mútuas nos dois sentidos*”.

Anthony Naro, apresentou uma hipótese surpreendente, ao defender que os crioulos de base lexical portuguesa falados em diferentes territórios africanos terem a sua raiz na Europa: “*é razoável concluir que a base para os pidgins portugueses usados na África durante os séculos XVI e XVII tenha sido substancialmente, se não inteiramente, formada na Europa muito tempo antes de se tornar corrente em África*”.

Para Naro, o *pidgin* (que se caracteriza por simplificar a forma externa; redução da interna; emprego bilateral ou multilateral em um contexto multilíngue; redução dos domínios de emprego) começou por se balbuciar em África e terá começado com a preparação de línguas, na Europa, isto é, de intérpretes europeus, especialmente treinados para partirem nas caravelas dos descobrimentos. “*A língua de reconhecimento, falada por Africanos e Europeus, (...) não pode ter nascido da aprendizagem errada do português feita pelos escravos e da posterior imitação dos erros pelos portugueses. A simplificação do português, implicando a análise das estruturas da língua e a subsequente eliminação das redundâncias, aproximando maximamente as estruturas de superfície produzidas das estruturas profundas correspondentes, foi com certeza realizada por aqueles que tinham o conhecimento da complexidade do sistema, que tinham, enfim, uma competência nativa*”.

No entender de Naro, o crioulo ter-se-ia formado com base neste *pidgin* transportado da Europa para costa africana e, posteriormente, para as ilhas de Cabo Verde por aqueles que partiram à descoberta.

António Carreira reestrutura a tese defendida por Naro e refere que *“a manutenção, na Costa e nos Rios, de um tipo de comércio itinerante, porto a porto, impeditivo da fixação dos brancos e/ou mestiços, com carácter estável, duradouro, e em número significativo”* fez com que o crioulo começasse a ser usado pelos descobridores, oriundos das ilhas de Cabo Verde no período da formação das Praças, isto é, em consequência da intensa penetração comercial operada pelos homens brancos de Santiago. Carreira concluiu, então, que o crioulo *“hasceu dos contactos mais prolongados e assíduos entre renóis (entenda-se, os descobridores) estantes em Santiago e no Fogo com escravos trazidos da costa”*. Muitos anos antes, Baltasar Lopes havia sugerido uma suposição idêntica: *“suponho que o crioulo falado na Guiné é, não uma criação resultante directamente do contacto indígena com o português, mas sim o crioulo cabo-verdiano de Sotavento levado pelos colonos do arquipélago e que, com o tempo, se foi diversificando e adquirindo caracteres próprios sob a influência das línguas nativas”*.

Mas a teorização continuou sempre a ser alvo de agudez do espírito humano dos linguistas que articularam a matéria, esmiuçando-a. Fruto de um longo processo, em situações de dominador/dominado – num hábito escravocrata e de colonização – o crioulo de Cabo Verde, na sua forma, em muito se assemelha à história de outros crioulos falados no mundo. Vários estudiosos – Taylor, em 1960; Stewart, em 1962; Whinnom, em 1971, após estudos levados a cabo, chegaram à conclusão de que na origem desses crioulos, portanto o de Cabo Verde também, estaria um *pidgin* de base lusitana que data do século XVI, oriundo do *pidgin* primordial do Mediterrâneo Oriental. Naro apelidou esse *pidgin* de *“língua de reconhecimento”* que se teria transformado num *“código adquirido”* e a sua disseminação, em África, viria a ter lugar particularmente no início do século XVI, por intermédio dos *“lançados”*, isto é, os que na altura, faziam comércio nos rios e portos africanos sem licença régia.

O crioulo cabo-verdiano, portanto, teria nascido de um adestramento ministrado em Portugal a escravos aí levados para o efeito, e a partir de uma simples e fácil aquisição, conhecida pelos marinheiros portugueses.

Contrapondo o *monogenetismo*, existem outras teorias qualificadas de “*poliogenéticas*” como: a *eurogênese*, a *afrogênese* e a *sociogênese*. Existe ainda uma teoria *universalista* designada por *neurogênese*. Passamos a descrever cada uma delas:

Eurogênese: data do século XIX, tendo Francisco Adolfo Coelho como precursor. Nos nossos dias, vultos como o linguista Félix Prudent, Albert Waldman e Robert Chaudenson, este último com a sua teoria do “francês zero”, também defendem esta teoria.

No dizer de Prudent a *‘palavra-chave desta escola é a simplificação, e os crioulos classificam-se geneticamente como línguas descendentes das línguas europeias faladas pelos padrões aquando do contacto intercultural inicial’*. A gênese dos crioulos teria sido efectuada através da abreviação da estrutura da língua europeia-mãe.

Baltasar Lopes da Silva defende: “...nunca encontrei traço linguístico que se me tenha imposto como provindo necessariamente de um substrato africano. Apenas no léxico se nota a ocorrência de vocábulos a que, como disse atrás, atribuo origem africana, na impossibilidade de lhes encontrar étimo português, mesmo da fase arcaica ou média da vida do idioma...”.

O mesmo fio de pensamento é também defendido por Rosine Santos no seu “*Comparaison entre le Créole du Cap-Vert et les langues Africaines*”, por Jean L. Donneux e Jean Louis Rogé em “*Gramática das Línguas do País, Gramática do Crioulo*”, onde se apresenta a herdade africana do crioulo em vários aspectos lexicais e morfo-sintácticos.

Afrogênese: esta teoria defendia que a origem dos crioulos se situava, fundamentalmente, nas línguas africanas. Lucien Adam costuma ser o mentor desta escola, surgida nos finais do século XIX. Já Prudent havia dito: “*...e tenta-se remontar [a origem dos crioulos] a algumas línguas da Costa Oeste africana as quais parecem manifestar o mesmo tipo de gramática*”.

Tal como a preliminar teoria, também esta parece pecar devido à sua tendência unilateral e recheada de conteúdo ideológico (valorização da raça negra) que também se encontra patente na teoria eurogénica (superioridade da raça branca).

Neurogênese: Esta teoria, também apelidada de *universalista*, baseia-se na doutrina da “*gramática inata*” de Chomsky e no “*bioprogram*” de Dereck Bickerton.

A *Neurogênese* baseia-se na existência de *universais linguísticos* na espécie humana, o que proporciona a faculdade inata da língua. Defende que a semelhança estrutural dos diversos crioulos seria devedora dessa competência inata. Apesar de

alguma verosimilhança contida nesta teoria, alguns estudiosos consideraram-na tão racista como as antecedentes.

Sociogénese: no entender desta teoria a criouidade, nasceria do sistema de “plantação” e depois no de “habitação”. F. Prudent baptiza esta situação com o nome de *sociogénese*. Esta teoria parece ser mais válida, apesar de ela também não reunir consenso, sendo apelidada de simplista por alguns.

A tese que parece mais viável é a que coloca o nascimento do crioulo em Cabo Verde e o vê como consequência de uma dialéctica, num contexto plurilinguístico, em que o sistema, para o caso dos escravos, não era unitário, em parte por causa da diversidade étnica, prevalecendo no entanto uma premente necessidade de comunicação, tanto do ponto de vista social e económico, como cultural.

O caminho mais conciso para a intercomunicação necessária era o estabelecimento gradual de um código mínimo e reconhecido por ambas as partes, de um expediente simples, mas funcional e eficaz, codificado ou não, pelos que davam as ordens e por aqueles que as executavam.

Literatura de Cabo Verde

Vem de recuada data a formação do ambiente cultural que em Cabo Verde possibilitou, na década de 30 do século XX, o surto de um movimento literário que ocupou posição individualizada na literatura de expressão portuguesa. Já antes, quando em fins de 1652 o Padre António Vieira passou pela ilha de Santiago, fez referência à existência ali de *“clérigos e cónegos tão negros como azeviche, mas tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados, que podem fazer inveja aos que lá vemos nas nossas catedrais”*. É, porém, durante o séc. XIX que se regista uma notável actividade escolar e na vida cultural e social.

No quadro das literaturas africanas de expressão portuguesa destaca-se, pela singularidade dos seus temas e pela qualidade dos seus representantes, a cabo-verdiana de expressão portuguesa e crioula. Foi através da imprensa periódica por intermédio de revistas e folhas culturais que se formou a literatura cabo-verdiana. Em 1879 é publicado na Cidade da Praia o semanário *Correio de Cabo-Verde*, onde surgem textos de carácter literário. Em 1856, surge em Lisboa, da autoria do português José Evaristo de Moraes, o primeiro romance cabo-verdiano, *O Escravo*, cujo enredo se desenrola em Cabo-Verde, sendo as suas personagens cabo-verdianas. Em 1841, Antónia Gertrudes

Pusich, publica o primeiro livro de poemas cabo-verdianos, intitulado *Elegia à Morte das Infelizes Vítimas*.

Ao contrário do que sucedeu noutros pontos do ultramar português, em Cabo-Verde não houve uma literatura colonial, que se deve ao facto do nível cultural do arquipélago ser consideravelmente mais elevado do que nas restantes colónias. Até aos anos 20 do século XX, os textos literários de Cabo Verde versavam matérias europeias e cabo-verdianas, embora sem uma consciência nacional. Nesta década surgem vultos de proa, como Eugénio Tavares, que optou por se expressar tanto em crioulo como em português, Pedro Cardoso e José Lopes.

Muitas foram também as publicações de autores cabo-verdianos fora do arquipélago. Este facto deve-se a um sentimento desde sempre latente de insularidade aliado a dificuldades em encontrar trabalho e no ingresso na universidade. Foi o caso de Teixeira de Sousa com *Contos e Poemas*, publicado em Lisboa nos anos 40. Luís Romano publica, no Brasil, *Clima*, em 1963, e em Lisboa *Distância e Vida Crioula*. As *mornas*, música popular de cabo Verde, foram publicadas em *Cantigas Crioulas*, em Luanda (1969), por Eugénio Tavares. (As influências puramente africanas na música de Cabo Verde são limitadas quase apenas ao *batuque* – Santiago – a danças como o *torno*).

Podemos, então, concluir que apesar de no século XX o crioulo ter conquistado o importante estatuto de língua materna e nacional, o processo da sua instrumentalização escrita é bastante anterior, isto é, data do século XIX. Esse processo de instrumentalização conheceu um renovado fôlego com a Independência Nacional, verificada em 1975, comprovando, mais uma vez, que as línguas estabelecem intrínsecos laços com as mais variadas estruturas sociais, sejam elas de natureza política, económica ou de qualquer outra ordem.

(continua)